

Portugal: Uma experiência bem sucedida

Durão Barroso, Primeiro Ministro de Portugal, num encontro com os Presidentes dos Paramentos dos países do alargamento, fez um **balanço da participação portuguesa na UE** e falou da posição portuguesa sobre questões como os **trabalhos da Convenção** e a Política Europeia de Segurança e Defesa.

desenvolvimento nas págs.3 e 4



Só de alguns ?

Valery Giscard d'Estaing é uma personalidade conhecida e respeitada. Uma destacada referência da política francesa e um grande europeu.

O prestígio que grangeou ao longo da vida e a sua experiência política levaram a que fosse escolhido como **Presidente da Convenção sobre o Futuro da Europa**.

Sabemos que não é fácil gerir um órgão que reúne amiúde e onde se acotovelam representantes dos Paramentos nacionais, do Parlamento Europeu, dos Governos dos Estados-Membros, da Comissão Europeia e ainda dos Países candidatos.

Um **órgão que decide por consenso** e onde todo o cuidado é pouco para chegar a bom termo.

A **divulgação de ideias do Presidente Giscard sobre a arquitectura institucional** da UE, não respaldadas em nenhuma deliberação da Convenção, **vem ensombrar o seu funcionamento**. E o facto das ideias serem apenas partilhadas por uma **minoría de grandes Estados** altera dramaticamente o estatuto do Presidente da Convenção:

De Presidente de todos, tornou-se tão só no **Presidente de alguns...**

Carlos Coelho

Segurança Nuclear

Jorge Moreira da Silva equaciona a segurança nuclear à luz das ameaças terroristas

desenvolvimento na pág.5

Programa ERASMUS

Vasco Graça Moura defende maior concorrência

desenvolvimento na pág.6

Liberalização do *cannabis* não é solução

Carlos Coelho insurge-se contra a liberalização de algumas drogas

desenvolvimento na pág.7



Sementes sem OGM's

Arlindo Cunha defende financiamento

Arlindo Cunha defendeu, em Estrasburgo, que *“talvez valesse a pena prever um financiamento especial só para sementes que não tenham OGM, incluindo naturalmente a agricultura biológica, mas também a agricultura tradicional, na qual se usam sementes e variedades tradicionais, regionais e locais que não têm grande expressão comercial, mas que se impõe salvaguardar numa óptica de genética”*.

Num debate sobre ensaios comparativos comunitários em matéria de



comercialização de sementes e plantas, **Arlindo Cunha** afirmou que *“podemos divergir sobre a questão de regulamentar ou não o problema das misturas de sementes puras com sementes que tenham OGM. Não tenho nesta matéria uma visão ideológica, acrescentou, e entendendo que se deve seguir a ciência e se deve adoptar um limite que não implique nenhum perigo de contaminação excessiva. Mas também estou de acordo*

com a necessidade de velarmos por ter sementes puras, o mais possível não contaminadas com OGM”.

Arlindo Cunha congratulou-se com o Relatório do Parlamento Europeu sobre esta matéria, *“que traduz um grande esforço de tentar sintetizar e alargar o âmbito das directivas”* e considerou positivo que *“a Comissão tenha apresentado propostas no sentido de dar uma base jurídica transparente e clara, ao financiamento dos*



ensaios comparativos de sementes e material vegetativo. Penso, portanto, que estamos todos no bom caminho e que é isto precisamente que se deseja.

O que acontece, porém, é que há algumas divergências sobre a forma de encarar até onde é que deve ir este trabalho. E aí estou de acordo com vários colegas quanto à necessidade de ter uma visão mais alargada de todo este problema dos ensaios de sementes e material vegetativo”.

PE debate Política de Informação

Informação é imprescindível para a cidadania

Joaquim Piscarreta defendeu que *“o acesso à informação é imprescindível para o pleno exercício da cidadania europeia”*.

Num debate do Parlamento Europeu sobre a estratégia de informação e comunicação para a União Europeia, **Joaquim Piscarreta** afirmou que *“já ninguém nega a existência de um défice de informação sobre a União Europeia, o seu funcionamento e a sua utilidade. Basta recordar,*

acrescentou, que 50% dos europeus ignora ou é indiferente à União e que a afluência às urnas nas eleições do Parlamento Europeu desceu de 63% (1979) para 49% (1999). Esse défice de informação contribui para a criação de uma distância abissal entre cidadãos europeus e Instituições Comunitárias”.

Joaquim Piscarreta defendeu que *“a política de informação eficaz deve basear-se na ‘ênfatisação dos valores comuns’ como*

a democracia, o pluralismo, a diversidade cultural, a coesão e a solidariedade. Mais importante ainda é demonstrar, com exemplos concretos, as vantagens da vida quotidiana que decorrem da integração na UE, tais como o euro, a cidadania e a liberdade de circulação.

Para melhorar a eficácia das campanhas de informação sobre a UE, cada mensagem deverá ser clara, objectiva, acessível e disponível na língua de cada cidadão”.



Para **Joaquim Piscarreta**, *“as campanhas de informação deverão ser definidas a nível comunitário entre as instituições europeias permitindo assim uma melhor identificação das necessidades, mas simultaneamente descentralizadas a nível nacional e regional”*.

.....
Excertos da intervenção no Encontro com os
Presidentes dos Parlamentos dos países do Alargamento

Durão Barroso fala sobre o exemplo português

Portugal apoiou activamente e convictamente desde a primeira hora o **alargamento** da União Europeia, que encarámos como um imperativo de solidariedade política para com os países candidatos.

Como poderia ter sido de outro modo? **Como poderia Portugal negar aos outros o que aspirou para si próprio** e lhe permitiu consolidar o seu jovem regime democrático?

(...) Não nos arrependemos do caminho percorrido. O nosso PIB *per capita* passou de cerca de 50% da média Europeia, quando aderimos às Comunidades Europeias, a quase 75%. O desafio que constituiu a nossa integração, nomeadamente no mercado interno, foi um verdadeiro estímulo para o desenvolvimento e um desafio que Portugal venceu claramente.

Um consenso nacional sobre a política europeia

(...) O sucesso da participação de Portugal no processo de construção europeia, deveu-se em boa parte à existência de um amplo consenso nacional sobre as grandes prioridades para o país ao nível europeu.

E porque foi assim, uma mensagem que eu gostaria de vos transmitir é

justamente esta: **é particularmente importante para um Estado-Membro criar e conservar um tal consenso ao nível nacional.**

A Convenção sobre o Futuro da Europa

(...) Temos pois que agir, e agir bem, preparando adequadamente a União para o alargamento. Os meios existem. A Convenção para o Futuro da Europa tem feito progressos consideráveis. É essencial que os resultados do seu trabalho sejam equilibrados e traduzam os compromissos obtidos, mas também as divergências existentes.

Infelizmente, as recentes propostas que o **Presidente da Convenção** apresentou, pelo seu **carácter francamente parcial** e tendencialmente intergovernamental, não auguram nada de bom para a prossecução dos trabalhos.

Seguir-se-á a **Conferência Intergovernamental**, na qual deverão participar plenamente os novos Estados-Membros. Não seria politicamente aceitável que estes últimos aí estivessem representados com um estatuto de inferioridade. Convém não nos esquecermos que os seus respectivos Parlamentos deverão ratificar o novo Tratado Constitucional que resultar da Conferência Intergovernamental.



Seria inaceitável uma União na qual as palavras solidariedade e coesão já tivessem perdido o sentido

(...) **Seria inaceitável uma União na qual as palavras solidariedade e coesão já tivessem perdido o sentido.**

(...) A União é mais do que uma simples associação de Estados soberanos e iguais que perseguem objectivos comuns através de métodos diferenciados consoante os assuntos. Tem uma natureza própria, "*sui generis*", visando uma associação sempre mais estreita e solidária entre os seus membros.

Esta crescente confiança e solidariedade deve, no nosso entender, permitir a prazo uma **utilização predominante do método comunitário.**

A União far-se-á com a adesão dos cidadãos ou não se fará.

(...) A Europa que construímos **deve ser facilmente compreendida pelos cidadãos.** Deve evitar-se a todo o custo que o resultado deste exercício seja o de um imbróglio de procedimentos por vezes incompreensível para os próprios peritos. O novo Tratado Constitucional, ou mesmo uma Constituição – a palavra não me assusta – será positivo porque clarificará e dará maior dignidade à União.

Também com o objectivo

continua na pág. 4

Durão Barroso sobre o futuro da Europa

continuação da pág. 3

de uma maior simplificação deveria aplicar-se sempre que possível o método comunitário. Foi nas áreas em que este método foi aplicado que se registaram os maiores avanços no processo de construção europeia. **Somos favoráveis a que mais assuntos sejam decididos por maioria qualificada e a generalizar a co-decisão.**

(...) Portugal é fortemente favorável ao **reforço do papel dos Parlamentos Nacionais** na vida da União, nomeadamente naqueles assuntos que passam progressivamente do nível nacional para o da União, como por exemplo as questões de segurança e defesa.

(...) **A Comissão deverá ser uma instituição forte.** É no interesse da União que ela seja capaz de tomar posição sem precisar sistematicamente de se amparar nas capitais dos Estados-Membros. Somos assim favoráveis a conferir uma **maior legitimidade à Comissão**, o que poderá ser feito pela via da eleição da sua Presidência pelo Parlamento Europeu.

A Política Europeia de Segurança e Defesa

(...) Os recentes acontecimentos em torno da crise iraquiana mostram-nos que é necessário reflectirmos também muito seriamente sobre a **dimensão de segurança e defesa da União Europeia.** A verdade é que apesar das boas intenções repetidamente manifesta-

das, a dimensão política da União é por vezes insuficiente para fazer face aos desafios. **A presente situação mostrou com clareza que a União só poderá desempenhar um papel à altura das suas ambições se reforçar a sua dimensão política.**

(...) A Europa, para ser credível em matéria de segurança e defesa, deveria constituir-se como o **pilar europeu de uma relação transatlântica renovada.**

(...) Como já tenho afirmado repetidas vezes, é importante que este debate não se torne numa polémica estéril entre pequenos, médios e grandes países, **deve antes ser um debate entre pequenas e grandes ambições. E neste registo, posso assegurar-vos que Portugal é um país com grandes ambições para a Europa.**

(...) Portugal, e também a União, têm uma fronteira marítima com os países do outro lado do Atlântico. Na minha opinião, **a credibilidade do sistema internacional, muito em particular no quadro das Nações Unidas, depende em boa parte da qualidade das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos.**

(...) **Para nós a palavra "União" tem um significado muito real: o de uma comunidade de valores e desígnios que encontra a sua verdadeira motivação na preservação da paz e no respeito da democracia e das pessoas, que são as primeiras destinatárias do projecto de construção europeia.**

O PSD

Disse

Prestige: Sérgio Marques questiona Conselho e Comissão

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia e o Conselho sobre a disponibilização de apoios financeiros, a propósito do afundamento do petroleiro "Prestige".

Sérgio Marques quer que a Comissão responda "às seguintes questões":

1. **Passados 4 meses da tragédia do Prestige, quais os instrumentos financeiros disponibilizados e quais as medidas adoptadas para fazer face às consequências económicas, sociais e ambientais?**

2. **Dispõe a Comissão Europeia de alguma estimativa dos prejuízos provocados pelo afundamento do navio Prestige?**

3. **Qual a decisão da Comissão quanto à possível utilização do Fundo de Solidariedade no caso da catástrofe do Prestige?**

Relativamente ao Conselho, Sérgio Marques salienta que a Resolução do Parlamento Europeu de 19 de Dezembro de 2002, no ponto 9 exigia que o Conselho "adopte uma posição comum satisfatória, no sentido da posição manifestada pelo Parlamento na primeira leitura da



proposta de regulamento relativo à **constituição de um fundo de compensação de danos causados pela poluição por hidrocarbonetos em águas europeias e medidas complementares**", e pretende obter do Conselho "resposta às seguintes questões:

1. **Qual a posição do Conselho nesta matéria?**

2. **A não ter sido ainda tomada qualquer decisão, para quando uma tomada de posição?**

3. **A existirem entraves à constituição do fundo em questão, qual a natureza e razão dos mesmos?**

Esta matéria é de interesse primordial para um Estado como Portugal, dado possuir uma enorme fronteira marítima e incluir territórios insulares vulneráveis, como Madeira e Açores".

Jorge Moreira da Silva:

Encarar a segurança nuclear à luz do terrorismo

Jorge Moreira da Silva solicitou à Comissão Europeia que, **“verifique se as condições de segurança (contra actos premeditados) implementadas nas centrais nucleares da UE e nos Países do Alargamento, são conformes à protecção dos cidadãos e dos Estados europeus.**

As consequências de um acto terrorista contra uma central ou instalação nuclear ultrapassam largamente as fronteiras nacionais pelo que é compreensível que seja uma autoridade supranacional a verificar se as medidas adequadas estão a ser implementadas”.

Jorge Moreira da Silva considera que **“as centrais**

Sellafield (central de tratamento e reprocessamento de combustíveis nucleares, situada no Reino Unido) que implicasse a libertação de 50% do material radioactivo, tornaria inabitável, durante 30 anos, uma área de 200.000 km2 (isto é, mais de duas vezes a área de Portugal)”.

Na qualidade de Co-Presidente do Grupo de



nucleares europeias foram projectadas de forma a impedir a proliferação radioactiva accidental mas não foi tido, suficientemente, em consideração o risco de proliferação radioactiva causada por actos criminosos.

Ora, de acordo com o estudo apresentado pelo Prof. Gordon Thompson, um atentado terrorista, por exemplo contra a central de

Trabalho do PPE “Nuclear Safety - Europe”, o Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva promoveu, em Bruxelas, uma Conferência, sob o título **“Sellafield - Futuro seguro?”.**

O objectivo da Conferência era o de debater a Segurança das Centrais Nucleares no quadro do conflito militar do Iraque e da ameaça terrorista.



Nesta Conferência, tomando-se como exemplo Sellafield, foram analisados os riscos e as medidas mitigadoras relativas a duas possíveis ameaças:

- 1- **a libertação de material radioactivo face a um atentado terrorista;**
- 2- **a utilização criminosa de materiais resultantes da produção de energia eléctrica nas centrais nucleares** (como o Plutónio e o Urânio Enriquecido) para produção de armamento.

Na Conferência participaram como oradores John CLARKE (Director da área de Ambiente, Segurança e Qualidade da Central de Sellafield/UK) e Gordon THOMPSON (Institute for Resource and Security Studies/Massachusetts/USA).

No final da Conferência, Jorge Moreira da Silva afirmou que **“a criação do Grupo de Trabalho ‘Nuclear Safety - Europe’ se deveu à necessidade de denunciar um conjunto vasto de problemas relacionados com a produção de electricidade em centrais nucleares que continuam sem resposta adequada da parte da legislação europeia.**

BREVES

Transplante de células e tecidos humanos:

Moreira da Silva defende normas de qualidade

Jorge Moreira da Silva manifestou-se satisfeito com o facto da Comissão Europeia ter apresentado uma proposta de Directiva sobre normas de qualidade e segurança em relação à **dádiva, recolha, análise, processamento, armazenamento e distribuição de tecidos e células humanos.** Espero, aliás que a Comissão dê uma rápida sequência a esta regulamentação apresentando uma proposta de Directiva relativamente ao transplante de órgãos”.

Moreira da Silva defendeu ser **“fundamental que esta regulamentação assim como todas as normas nacionais que venham a ser propostas na área do transplante se baseiem na obediência a três princípios:**

- **proibição de transformar o corpo humano em fonte de benefícios financeiros;**
- **princípio do consentimento esclarecido;**
- **proibição da produção de embriões humanos com as mesmas informações genéticas de um outro ser humano”.**

Programa ERASMUS:

Graça Moura defende maior concorrência

O Parlamento Europeu debateu um relatório sobre a iniciativa da Comissão Europeia: Programa ERASMUS World 2004-2008 .

Vasco Graça Moura afirmou que **“há uma certa conflitualidade entre o princípio da concorrência e o princípio da cooperação. A União Europeia quer ver o seu ensino universitário concorrer com o dos Estados Unidos, não apenas nos níveis de excelência, mas também no da captação da população escolar proveniente de países terceiros. Quanto mais o fizer, mais reforçará o equilíbrio de uma essencial aliança transatlântica e a própria civilização ocidental. E mais reforçará também as bases da democracia. Tanto quanto sei, acrescentou, as universidades norte-americanas desenvolvem políticas de captação e fixação de massa cinzenta que tem mais a ver com os seus próprios interesses do que com os dos países de onde essa massa cinzenta é oriunda. A cooperação, aí, cede o passo à concorrência”**.

Para Vasco Graça Moura, **“as ideias da Comissão nesta matéria afiguram-se um pouco mais atenuadas, uma vez que se fala em encorajar ‘cooperative approaches’, isto é, em que se acaba por desenhar como horizonte a devolução à procedência dos nacionais de países terceiros que**

venham graduar-se à Europa. Mas há alguns outros aspectos que têm dado clara vantagem aos Estados Unidos, sendo certo que para resolver o mesmo problema na Europa haverá que dar-lhes particular atenção. Entre outros, a língua, a qualidade do ensino e a reputação das instituições e os programas, a variedade de oferta desses programas, o reconhecimento dos diplomas conferidos no país de origem, a legislação relativa à residên-



cia, os custos de matrícula e a disponibilidade das bolsas.

A utilização de uma só língua, a grande competitividade entre instituições universitárias e a grande variedade dos seus níveis



qualitativos, a preocupação sistemática de recrutamento e fixação de massa cinzenta, a própria variação do preço das matrículas e propinas, regra geral bastante elevadas, caracterizam um ensino que atrai muito mais estudantes de outros países do que o ensino das universidades europeias”.

Graça Moura defende que **“na Europa, um outro**

problema surge logo com a desproporção entre os estudantes que buscam as universidades do Reino Unido, da França e da Alemanha em relação aos outros países membros. Cerca de 3/4 desses estudantes procuram as universidades dos três países referidos”.

BREVES

Sérgio Marques
apoiou

mercado interno para detergentes

Sérgio Marques apoiou uma proposta de regulamento da Comissão Europeia **“visando a revisão e actualização da legislação relativa aos detergentes que tem como objectivo contribuir para a livre circulação dos produtos detergentes no mercado interno”**.

Considerando que o regulamento proposto pela Comissão Europeia **“representa um progresso para os produtores e consumidores de detergentes”**, Sérgio Marques congratulou-se por ter ficado no preâmbulo do regulamento, expressamente reconhecida, conforme proposta sua, **“a necessidade de se proceder a uma avaliação das questões relativas à biodegradação anaeróbia, à biodegradação dos principais ingredientes orgânicos não tensoactivos dos detergentes e ao teor de fosfatos, bem como o dever da Comissão Europeia dar a conhecer ao Parlamento Europeu e ao Conselho, no prazo de três anos, o resultado dessa avaliação”**.

Carlos Coelho contra liberalização do *cannabis*

Carlos Coelho afirmou **não acreditar que “o apoio a um movimento de liberalização das drogas possa ou deva ser a solução para uma luta eficaz contra o crescente problema da droga”**.

Num debate sobre a Reforma das Convenções em matéria de estupefacientes, **Carlos Coelho considerou “inaceitável que se queira transmitir a ideia de que a UE está de acordo com a liberalização das drogas, ao arrepio da estratégia que tem vindo a ser seguida em quase todos os Estados-Membros”**.

Carlos Coelho começou por recordar que “na Europa dos nossos dias, a droga está frequentemente associada à criminalidade, à sida, à exclusão social, ao desemprego. **A droga é, de facto, um problema que ameaça a saúde, a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos, e é por isso que o Parlamento Europeu se tem empenhado na procura de uma solução eficaz para o problema da droga, que é um problema comum a todos os Países e a todos os grupos sociais.**

A política em matéria de estupefacientes é regida a nível internacional por 3 Convenções:

- a Convenção única sobre os estupefacientes - de 1961
- a Convenção sobre substâncias psicotrópicas - de 1971
- a Convenção de Viena contra o tráfico ilícito de

narcóticos e de substâncias psicotrópicas - de 1988

Estas 3 Convenções proibem a produção, o tráfico, a venda e o consumo de um grande leque de substâncias para outros fins que não sejam médicos ou científicos”.

Para Carlos Coelho, “a proposta da relatora do Parlamento Europeu é basicamente a de modificar a Convenção Única, de 1961, sobre os estupefaci-



*entes, através de uma reclassificação das substâncias catalogadas. **O que a Relatora pretende, sublinhou, é alterar a lista de substâncias proibidas, para que a cannabis possa ser retirada dessa lista, levando deste modo à legalização da sua venda.***



*Neste Relatório, porém, quando se propõe uma reclassificação das substâncias catalogadas, pretende-se dar um impulso no sentido da liberalização do consumo de certas drogas. **E isso eu não posso aceitar”**.*

Carlos Coelho defendeu que é necessário “respeitar as Convenções existentes e reforçar os meios de tratamento e de reinserção de toxicod dependentes e respeitar o princípio da subsidiariedade dado que existem diferentes políticas em matéria de droga nos diversos Estados Membros”

BREVES

custos sociais e ambientais dos pesticidas

Moreira da Silva denuncia

Jorge Moreira da Silva denunciou que “apesar da legislação europeia fazer um apelo cada vez maior a práticas agrícolas sustentáveis, como a agricultura extensiva e biológica, a verdade é que gastamos quase metade do orçamento comunitário numa Política Agrícola Comum que discrimina positivamente a agricultura intensiva assente em pesticidas (só em 1999 foram utilizadas 327.000 toneladas de pesticidas na agricultura europeia)”.

Jorge Moreira da Silva defende que “com a aprovação da nova **Estratégia Europeia para a Utilização sustentável dos Pesticidas** o Parlamento exige que a Comissão Europeia, no quadro da reforma da PAC e da próxima revisão da legislação sobre os produtos químicos, imponha **regras mais restritivas ao uso de pesticidas; assegure o cumprimento do objectivo de reduzir em 50%, até 2010, o uso de pesticidas na UE; incentive as práticas agrícolas livres de pesticidas; e realize, por via fiscal, a internalização dos custos sociais e ambientais** no preço final de todos os produtos agrícolas”.

Regina Bastos preside a Grupo de Trabalho

Regina Bastos foi nomeada Presidente de um grupo de trabalho que o PPE, o maior grupo político do Parlamento Europeu, decidiu constituir para reflectir sobre a **reestruturação de empresas e suas implicações no contexto económico e social numa Europa alargada**.



Esta decisão vem na sequência da iniciativa da Deputada Regina Bastos que denunciou a deslocalização de empresas multinacionais após a concessão de ajudas financeiras da União Europeia, caso da C&J Clark e outros e que deu lugar à aprovação de uma Resolução na sessão plenária do Parlamento Europeu no passado dia 13 de Março.

Carlos Coelho sobre a Europol: Mais competências mas com mais controlo

Carlos Coelho defendeu que “a **Europol se transforme num instrumento eficaz na luta contra o crime organizado e possa desempenhar um papel primordial na cooperação entre as autoridades dos Estados Membros, no que diz respeito a investigações sobre actividades criminosas transfronteiras**”.



Para Carlos Coelho, “**o Parlamento Europeu tem sido coerente ao dar o seu apoio a várias iniciativas no sentido de alargar o mandato da Europol, (mandato que abrange áreas que vão desde o tráfico de drogas, ao tráfico ilícito de matérias radioactivas e nucleares, às redes de imigração clandestina, ao tráfico ilegal de veículos, ao tráfico de seres humanos, ao terrorismo, ao branqueamento de capitais, à falsificação de moeda e de meios de pagamento, bem como todas as formas graves de criminalidade internacional)**”.

Mas, acrescentou, se apoiamos a introdução de competências operacionais na Europol (como decorre do próprio Tratado de Amesterdão), temos, também, vindo a insistir na necessidade do reforço do seu papel ser **acompanhado por medidas que garantam quer um controlo democrático, quer um controlo jurisdicional**”.

Nesta linha, Carlos Coelho defendeu que “o Parlamento Europeu tem sido também coerente ao rejeitar todas as iniciativas no sentido de se pronunciar sobre questões de pormenor relativas à Europol e que tem repetidamente reclamado, enquanto representante dos cidadãos europeus, os necessários poderes para poder **exercer o necessário e desejável controlo democrático sobre a Europol**”.

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa